CARTA DO I SEMINÁRIO DE EXIBIÇÃO - AEXIB

Destinatários: Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Secretaria do Audiovisual – SAV; Ministério da Cultura – MINC

Assunto: Propostas para Fortalecimento da Exibição Cinematográfica no Brasil

Salvador, 09 de abril de 2025

Entre os dias 02 a 09 de abril de 2025, o Cine Glauber Rocha, em Salvador, foi palco do I Seminário de Exibição - AEXIB, realizado no contexto do XX Panorama Internacional Coisa de Cinema. O encontro reuniu 40 pequenos e médios exibidores independentes de todas as regiões do Brasil, além de gestores públicos, pesquisadores, jornalistas e representantes de entidades nacionais e internacionais.

Foram dias de debates intensos, escuta atenta e articulação de ideias. A partir das experiências compartilhadas e dos desafios comuns identificados, definimos um conjunto de 11 diretrizes prioritárias, que aqui apresentamos aos órgãos competentes como base para a construção de uma política pública sólida, duradoura e inovadora para a exibição cinematográfica brasileira.

1. Propomos a criação de linhas específicas de apoio à exibição cinematográfica, estruturadas nos moldes das linhas de produção já existentes. É importante destacar que, atualmente, grande parte das linhas de crédito disponibilizadas pelo Fundo Setorial do Audiovisual concentra-se majoritariamente na produção de conteúdos, enquanto a exibição, um elo fundamental da cadeia produtiva do audiovisual, recebe pouca atenção.

As salas de cinema desempenham um papel crucial na indústria audiovisual brasileira, não apenas como ponto de encontro entre as obras e o público, mas também como um motor essencial para o fortalecimento da economia do setor. A exibição garante que as produções alcancem seu propósito final: serem vistas e apreciadas. Além disso, o estímulo à exibição fomenta a circulação da cultura nacional, amplia o alcance dos filmes brasileiros e cria experiências culturais significativas para a população.

Esse investimento direcionado à exibição é imprescindível para equilibrar a cadeia produtiva, fortalecer os pequenos e médios exibidores, e consolidar a presença dos filmes nacionais no mercado.

1. Reivindicamos o imediato retorno do PAR - Prêmio Adicional de Renda, com especial atenção aos pequenos e médios exibidores que atendem à cota de tela para filmes brasileiros. Além disso, destacamos a importância de uma revisão criteriosa dos valores anteriormente disponibilizados, visando garantir que os recursos atendam adequadamente às necessidades dos exibidores de pequeno e médio porte de todas as regiões do país.
2. Propomos a criação de incentivos específicos para salas que programem regularmente filmes autorais nacionais, especialmente aqueles premiados em festivais e com reconhecido valor estético e artístico, ainda que com menor apelo comercial. Esses filmes, fundamentais para a diversidade cultural, precisam de mediação e incentivo estruturado para alcançar o público.
3. É urgente a implementação de um projeto nacional que conecte o cinema à educação, promovendo o acesso de crianças e jovens de escolas públicas às salas de cinema. Esta iniciativa deve ser concebida como uma política contínua, profundamente articulada às redes municipais e estaduais de ensino, com o objetivo de enriquecer a formação cultural e fortalecer a cidadania. Nesse contexto, é igualmente indispensável que a aplicação da Lei Federal 13.006/14 seja efetivamente realizada dentro dos espaços cinematográficos, especialmente nas cidades que contam com complexos de salas de cinema. Dessa forma, os estudantes poderão vivenciar o cinema como uma poderosa ferramenta de aprendizado, inspiração e transformação social.
4. A exibição e promoção das obras cinematográficas não podem estar concentradas apenas nos grandes centros urbanos. Propomos a obrigatoriedade da descentralização geográfica nos planos de distribuição de filmes incentivados, garantindo estreias e sessões em salas localizadas nas cinco regiões do país, com contrapartidas sociais.
5. Sugerimos a revisão da obrigatoriedade de exibição contínua por sete dias (cine-semana) para filmes de menor orçamento e perfil artístico. Em muitos casos, sessões pontuais e bem trabalhadas têm mais impacto real de público do que uma permanência obrigatória e vazia. A política de exibição precisa considerar a natureza e o porte do filme.
6. Propomos que todo projeto audiovisual financiado com recursos públicos apresente, no momento da inscrição, um plano concreto de exibição e ações territoriais. Essa conexão desde a origem do projeto cria uma lógica integrada: o filme passa a ser compreendido como um bem público em todas as suas etapas, inclusive no momento de chegar às telas.
7. Propomos a criação de um edital contínuo de programação e manutenção de salas de cinema, com recursos oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual. As salas que apresentarem projetos culturais serão avaliadas por uma comissão de seleção especializada, considerando a relevância, o impacto local, a diversidade de público e a capacidade de execução. Essa linha transformará as salas em polos culturais ativos, acessíveis e permanentes na difusão do cinema brasileiro.
8. É fundamental garantir o funcionamento das salas de pequeno e médio porte que já existem no Brasil, especialmente aquelas que operam de forma independente ou em regiões com pouca infraestrutura cultural. Propomos uma política de apoio permanente à manutenção dessas salas, contemplando recursos para infraestrutura, pessoal, comunicação, curadoria, ações formativas e programação continuada. Este apoio promoverá também a geração de empregos diretos em toda a indústria audiovisual brasileira, fortalecendo a economia da cultura em nível local e nacional.
9. É necessário enfrentar com firmeza o impacto nocivo da pirataria no setor audiovisual. A proliferação de streamings ilegais e de “boxes” clandestinos espalhados pelo Brasil prejudica diretamente a atividade das salas de cinema, especialmente as de pequeno e médio porte. Defendemos uma política pública que una campanhas de conscientização da população, mostrando os efeitos econômicos e culturais do consumo de conteúdo pirata, com mecanismos de fiscalização eficazes e ações punitivas consistentes. A pirataria mina o ecossistema do cinema brasileiro e enfraquece a sustentabilidade da cadeia como um todo.
10. Propomos a criação de uma campanha institucional contínua de valorização do cinema brasileiro nas salas de cinema. Essa campanha, conduzida pelos órgãos públicos responsáveis, deve promover a presença constante do cinema nacional no imaginário do público. Sugerimos a veiculação regular de anúncios pagos em salas de cinema, inclusive antecedendo a exibição de conteúdos estrangeiros. A comunicação institucional precisa estar a serviço da formação de público, da autoestima cultural e da visibilidade das nossas produções.

O I Seminário AEXIB nasce da escuta coletiva e da urgência de ação. O futuro do cinema brasileiro não pode prescindir das salas de exibição. Somos o elo que conecta o público à obra. Nosso circuito é resiliente, criativo e capilarizado. Com políticas adequadas, ele pode ser também transformador.

Colocamo-nos à disposição para diálogo contínuo com a ANCINE, SAV e MINC, e reforçamos que a construção de um novo pacto para a exibição é essencial para a sobrevivência e o fortalecimento do cinema brasileiro.

Com respeito e esperança,
 Coordenação do I Seminário de Exibição – AEXIB
 XX Panorama Internacional Coisa de Cinema
 Salvador – Abril de 2025